

A iniciativa do Instituto dos Advogados de São Paulo de propor Emenda Constitucional que eleva a transparência a princípio constitucional é não apenas louvável, mas impostergável. A sociedade contemporânea exige instituições cada vez mais abertas e responsáveis.

O Poder Judiciário, e em especial o Supremo Tribunal Federal, atravessam momento de desgaste de confiança. Resgatar a grandeza das instituições é medida essencial à vitalidade do Estado Democrático de Direito. Se o STF foi decisivo para a democracia no passado recente, seu aperfeiçoamento contínuo é o que garantirá sua legitimidade no futuro.

Transparência não fragiliza o Poder, fortalece-o. Afinal, confiança pública não se impõe: conquista-se.

Rui Celso Reali Fragoso